UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Gestão Pública

Laura Sousa Gomes

POLÍTICAS PARA MULHERES NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS E SEUS REFLEXOS NA SOCIEDADE (2002-2021)

Belo Horizonte

2023

Laura Sousa Gomes

POLÍTICAS PARA MULHERES NO BRASIL: Uma Avaliação das Ações Governamentais e seus Reflexos na Sociedade (2002-2021)

Trabalho apresentado a Universidade Federal de Minas Gerais como requisito para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano dos Santos Rodrigues

Belo Horizonte

2023

RESUMO

Este estudo analisa as políticas para mulheres no Brasil no período de 2002 a 2021, com foco na retórica e nas ações dos governos, desde o primeiro mandato de Lula até o governo Bolsonaro. A pesquisa aborda três linhas investigativas: revisão das políticas no executivo, análise do orçamento e análise da produção legislativa. A revisão das políticas no executivo permite avaliar as prioridades do governo e o compromisso com a igualdade de gênero, enquanto a análise do orçamento oferece uma visão quantitativa do investimento em políticas para mulheres. A análise da produção legislativa permite compreender como as leis estão sendo moldadas para proteger e promover os direitos das mulheres. O estudo utilizou procedimentos automatizados de raspagem de dados para mapear 345 propostas legislativas, das quais 271 foram selecionadas para análise. Além disso, foram introduzidas informações sobre o gênero do proponente, a classificação ideológica do partido e a classificação temática da proposição. Os resultados revelaram avanços e retrocessos nas políticas para mulheres ao longo dos governos analisados, influenciados por fatores como orçamento, produção legislativa, mobilização social e resistência conservadora. Conclui-se que a participação social, especialmente das mulheres, é fundamental em todas as fases do ciclo das políticas públicas. Destaca-se a importância da continuidade na avaliação e aprimoramento das políticas para mulheres, considerando os desafios e as oportunidades para a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres no país.

Palavras-chave: políticas para mulheres, Brasil, gênero, produção legislativa, igualdade de gênero.

ABSTRACT

This study analyzes women's policies in Brazil from 2002 to 2021, focusing on the rhetoric and actions of governments from Lula's first term to the Bolsonaro administration. The research addresses three investigative lines: executive policy review, budget analysis, and legislative production analysis. The executive policy review allows for an assessment of government priorities and commitment to gender equality, while budget analysis provides a quantitative view of investment in women's policies. Legislative production analysis helps understand how laws are shaped to protect and promote women's rights. The study used automated data scraping procedures to map 345 legislative proposals, of which 271 were selected for analysis. Additionally, information about the gender of the proposer, party ideological classification, and thematic classification of the proposition were introduced. The results revealed advances and setbacks in women's policies throughout the analyzed governments, influenced by factors such as budget, legislative production, social mobilization, and conservative resistance. It is concluded that social participation, especially by women, is crucial in all stages of the public policy cycle. The importance of continuity in the assessment and improvement of women's policies is emphasized, considering the challenges and opportunities for promoting gender equality and protecting women's rights in the country.

Keywords: women's policies, Brazil, gender, legislative production, gender equality.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dotação Orçamentária das Políticas para Mulheres no Governo Federal (2003-2021) 21
Gráfico 2 - Execução Orçamentária das Políticas para Mulheres no Governo Federal (2005-2021) 22
Gráfico 3 - Comparação entre a dotação e execução orçamentária das Políticas para Mulheres no Governo Federal (2003-2021) 23
Gráfico 4 - Proposições legislativas por ano (2015 - 2022) 25
Gráfico 5 - Proposições legislativas por temáticas 26
Gráfico 6 - Proposições legislativas em relação a ideologia partidária 27
Gráfico 7 - Proposições legislativas por partido 28
Gráfico 8 - Proposições legislativas em relação ao gênero das e dos proponentes 29
Gráfico 9 - Proposições legislativas em relação ao potencial de ampliação de direitos 30
Gráfico 10 - Valência Da Produção Legislativa Por Ano (2015-2022) 31
Gráfico 11 - Valência por tema 31
Gráfico 12 - Valência por partido 32
Gráfico 13 - Valência por ideologia 32
Gráfico 14 - Valência por gênero 33
Gráfico 15 - Último status 35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....6
2 DADOS E MÉTODOS.....8
3 REVISÃO DAS POLÍTICAS NO EXECUTIVO DO GOVERNO LULA AO GOVERNO BOLSONARO 11
3.1 Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (01.01.2003 a 01.01.2011) 11
3.2 Governo de Dilma Rousseff (01.01.2011 a 31.08.2016) 14
3.3 Governo de Michel Elias Temer Lulia (31.08.2016- 01.01.2019) 17
3.4 Governo de Jair Messias Bolsonaro (01.01.2019 - 01.01.2023) 18
4 ANÁLISE DE ORÇAMENTO (2003-2021).....20
5 ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE 2015 A 2022.....24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....36
REFERÊNCIAS.....37

1 INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido objetiva investigar as Políticas de Mulheres no Brasil no período entre 2002 a 2021, focando na retórica e nas ações desenvolvidas pelo Governo que objetivaram a fortificação e/ou desmonte dessas políticas, desde o primeiro Governo Lula até o Governo Bolsonaro. A pesquisa dialoga com estudos anteriores sobre políticas de gênero e busca contribuir para a compreensão das mudanças e continuidades nas políticas para mulheres nesse período.

Segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), 51.48% da população do país é composta por mulheres. Pensando nisso, é importante destacar que a sociedade é uma complexa rede de conexões, como relações de dominação que podem resultar em opressão e violência. Assim, a desigualdade de gênero é um elemento importante na estrutura da sociedade brasileira, que resulta em violência, discriminação no trabalho e restrição de direitos para a população feminina.

Segundo Fonseca et al (2012), a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos que afeta mulheres de todas as idades, classes, raças e etnias. Ela pode se manifestar de diversas formas, tais como violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial, violência moral entre outras.

Nesse contexto, esta pesquisa adquire uma relevância multifacetada. Em primeiro lugar, contribui para o conhecimento existente sobre as políticas de gênero no Brasil, enriquecendo a compreensão destas acerca da eficácia de combate à desigualdade de gênero e suas consequências. Adicionalmente, insere-se no âmbito dos direitos humanos e da justiça social, reforçando o compromisso com a promoção da igualdade de gênero como princípios fundamentais de uma sociedade democrática.

A metodologia utilizada neste estudo incluiu a revisão de políticas no âmbito executivo desde o governo Lula até o final do Governo Bolsonaro, a análise de dados orçamentários e de produção legislativa produzidos no âmbito da pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos" financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES – Edital Nº 03/2021 – Universal) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 – Universal), coordenada pelo professor Cristiano Rodrigues.

Os achados preliminares indicam que houve uma trajetória de avanços e retrocessos nas políticas de gênero, com momentos de maior inclusão e participação das mulheres na formulação e implementação de políticas públicas, e momentos de enfraquecimento e desmonte dessas políticas. Além disso, observamos que as políticas para mulheres foram afetadas por fatores como o orçamento, a produção legislativa, a mobilização social e a resistência conservadora. Por fim, destacamos a importância de uma análise crítica e aprofundada das políticas para mulheres no Brasil, tendo em vista os desafios e as oportunidades para a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres no país.

2 DADOS E MÉTODOS

Visando a análise das políticas públicas para as mulheres no Brasil, escolheu-se três linhas investigativas: Revisão das políticas no executivo, Análise do orçamento e Análise da produção legislativa, visto que esses são fatores determinantes para entender a amplitude e o impacto dessas políticas. A revisão das políticas no executivo permite avaliar as prioridades do governo e o compromisso com a igualdade de gênero. A análise do orçamento oferece uma visão quantitativa do investimento em políticas para mulheres, refletindo a importância dada a essas iniciativas. Por fim, a análise da produção legislativa permite entender como as leis estão sendo moldadas para proteger e promover os direitos das mulheres. Portanto, essas três linhas de investigação juntas fornecem uma visão abrangente das políticas públicas para as mulheres no Brasil.

Os dados do orçamento e produção legislativa relacionados a esses temas foram produzidos no âmbito da pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos", financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES - Edital Nº 03/2021 - Universal) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 - Universal).

No que se refere ao orçamento, a pesquisa parte de uma base de dados bruta do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP) referente aos gastos das pastas de direitos para as mulheres de 2003 e 2021. Nesse caso, portanto, o último ano do governo Bolsonaro não foi incluído pois os dados para o ano de 2022 ainda não estavam compilados no momento de coleta. Para identificar gastos previstos e executados relacionados às políticas para mulheres nessa base de dados mais ampla, foram realizadas buscas por palavras-chave nos campos que permitem a identificação dos gastos na base de dados. Os dados foram então corrigidos pela inflação, tendo-se como base o ano de 2010, situado perto do centro do período de abrangência da pesquisa.

Para mapear a produção legislativa sobre políticas para mulheres em nível federal utilizamos o período entre 2015 e 2022. O recorte temporal desta pesquisa se justifica uma vez que abrange governos no qual é possível observar uma profunda instabilidade na democracia brasileira: a) o segundo governo de Dilma Rousseff,

marcado por seu processo de *impeachment*; b) o governo Temer, empossado por tal processo e; c) o governo Bolsonaro, de viés ultraconservador e de extrema-direita. Dessa forma, buscamos compreender como o debate legislativo se soma ou se contrapõe à tendência de desdemocratização observada nesse período. Em particular, buscamos identificar como o Poder Legislativo atua diante do desmonte de políticas para mulheres pelo Executivo.

Para isso, realizamos uma busca por palavras-chave no portal da Câmara dos Deputados por meio de procedimentos automatizados de raspagem de dados. Foram selecionados projetos que continham esses termos de busca em suas ementas ou palavras-chave. Por meio desse procedimento, foram mapeadas 345 propostas legislativas. A seguir, uma primeira leitura das propostas foi realizada de forma a excluir casos que não fossem de interesse da pesquisa. Após esse procedimento e eventuais exclusões posteriores realizadas para corrigir erros dessa etapa, consolidou-se um banco de dados com 271 proposições legislativas de interesse da pesquisa. O procedimento de raspagem de dados resultou em um banco com informações diversas sobre as proposições, como:

I. Ano e data de apresentação;
II. Número de identificação;
III. Tipo, sendo eles:
    i. Projeto de Lei Ordinária (PL),
    ii. Projeto de Lei Complementar (PLP),
    iii. Projetos de Decreto Legislativo (PDC),
    iv. Projeto de Resolução (PRC),
    v. Proposta de Emenda à Constituição (PEC);
IV. Ementa;
V. Palavras-chave;
VI. Status de sua tramitação;
VII. Autoria;
VIII. Partido

Foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Mulher(es) Feminista(s); Direito Sexual/Direitos Sexuais; Direito(s) reprodutivo(s); Patriarcal/Patriarcais; Antipatriarcal/Antipatriarcais; Aborto; Machismo; Sexismo; Misoginia; Feminicídio(s); Lesbocídio(s); Transfeminicídio(s); Gênero; Esterilização; Violência Doméstica.

Introduzimos nesse banco de dados quatro outras informações:

I. Gênero do proponente;
II. Classificação ideológica do partido da autora ou do autor;
III. Classificação temática da proposição;
IV. Valência da proposição;

3 REVISÃO DAS POLÍTICAS NO EXECUTIVO DO GOVERNO LULA AO GOVERNO BOLSONARO

3.1 Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (01.01.2003 a 01.01.2011)

Durante o período do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que abrangeu os anos de 2003 a 2011, houve avanços significativos na promoção dos direitos das mulheres. Um marco institucional de grande relevância foi a instituição da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no ano de 2003. A SPM, ligada à estrutura da Secretaria Geral da Presidência da República, adquiriu status de Ministério e desempenhou uma função primordial na organização governamental. Essa criação representou um avanço de magnitude, uma vez que centralizou as ações voltadas para as mulheres em um órgão específico do governo, ao mesmo tempo em que serviu como um epicentro do ativismo institucional feminista (BOHN, 2010).

No decorrer dos governos petistas, a SPM desempenhou um papel fundamental na coordenação e formulação de políticas voltadas para as mulheres, adotando uma abordagem interseccional e participativa. Isso viabilizou uma abordagem mais horizontal e colaborativa, estabelecendo conexões com ativistas, movimentos sociais e a sociedade civil em geral (BOHN, 2010; ABERS et al, 2015) Nesse período, houve esforços significativos para combater a desigualdade de gênero e fomentar políticas inclusivas.

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres surgiu a partir das lutas dos movimentos feministas e de mulheres, ocupando uma posição crucial no que tange ao estímulo à implementação de políticas de combate às desigualdades de gênero. Essas ações representaram uma resposta significativa às demandas desses movimentos (BOHN, 2010; ABERS et al, 2015)

> A atuação da Secretaria estimula e provoca as diferentes áreas do governo a pensarem o impacto de suas políticas sobre a vida de mulheres e homens. Entendendo que este impacto se dá diferentemente na vida das mulheres, das mulheres negras, de homens negros, brancos, de mulheres índias e que as políticas, para serem universalistas, para atingirem todas as pessoas, tem necessariamente que considerar as diferentes origens, orientações sexuais, gerações e condições física e mental. Há que se afirmar as diferenças em direção à promoção da igualdade (BRASIL, 2004, p. 14)

Os compromissos de grande envergadura assumidos pelo setor público, conforme percebidos pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), começando pela erradicação de todas as formas de discriminação, invariavelmente requerem uma compreensão profunda das variáveis de gênero, raça e etnia como componentes essenciais das questões sociais que precisam ser enfrentadas e

superadas. Na batalha contra a pobreza, torna-se evidente que as estratégias serão mais efetivas quando formuladas com base nessas perspectivas.

Diretamente subordinada à Presidência da República, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), promoveram em 2004 a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), que mobilizou diretamente mais de 120 mil mulheres. Esse evento envolveu discussões nas plenárias municipais, regionais e conferências estaduais, com o propósito de avaliar a condição das mulheres brasileiras. O objetivo principal era estabelecer as diretrizes para a formulação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e aumentar a participação das mulheres na formulação, implementação, implementação e avaliação de políticas públicas que afetam diretamente suas vidas.

A CNPM ocorre em três fases distintas: municipal ou regional, estadual e nacional. Cada uma dessas fases é convocada pelo respectivo órgão executivo. Durante estas conferências são abordados temas de grande importância para as mulheres, como o combate à pobreza, à violência, à discriminação e à desigualdade de género, além de promover a saúde, a educação, a cultura, a participação política e os direitos civis das mulheres.

Os resultados da CNPM são dispostos no Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), que orienta a atuação do governo federal e de outros entes federais na promoção dos direitos das mulheres. Além disso, a CNPM contribui para fortalecer o movimento feminista e as conexões entre diferentes setores e organizações de mulheres no país. A CNPM destaca-se assim como uma organização participativa que desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos das mulheres no Brasil.

As instituições participativas, como as Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (CNPM) desempenham um papel importante no envolvimento de grupos minoritários, especialmente mulheres, no processo de tomada de decisão política. Estas conferências são espaços de diálogo entre o governo e a sociedade civil, onde são discutidas questões de gênero e necessidades das mulheres, promovendo a participação de mulheres de diversas origens, identidades e perspectivas. Isto é importante porque permite que uma variedade de experiências e perspectivas sejam representadas e tidas em conta no processo de elaboração de políticas. Por exemplo, as mulheres que vivem em zonas rurais podem ter experiências e necessidades

diferentes das mulheres que vivem em zonas urbanas, da mesma forma, as mulheres de grupos étnicos minoritários podem enfrentar desafios especiais que precisam de ser abordados. Ao incluir essas diversas vozes, as CNPMs ajudam a garantir que as políticas sejam inclusivas e atendam às necessidades de todas as mulheres.

Além disso, as CNPMs têm um impacto significativo nas agendas governamentais e na formulação de políticas públicas. As discussões nestas conferências conduzem frequentemente a planos políticos nacionais para as mulheres, que estabelecem prioridades e estratégias governamentais para promover a igualdade de gênero.

Isto poderia incluir ações para combater a violência baseada no gênero, promover a participação das mulheres no mercado de trabalho e garantir o acesso à saúde e à educação, entre outras.

Durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, houve um compromisso explícito em integrar a perspectiva de gênero nas políticas públicas, visando o reconhecimento e enfrentamento das disparidades entre homens e mulheres em diversos âmbitos da administração pública. Este compromisso representou uma transformação em direção a políticas de Estado. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) se estruturou em quatro áreas estratégicas: a primeira enfocava a autonomia, igualdade no mercado de trabalho e cidadania; a segunda buscava promover uma educação inclusiva e sem discriminação de gênero; a terceira estava centrada na saúde das mulheres, bem como em seus direitos sexuais e reprodutivos; a quarta área tinha como alvo o combate à violência contra as mulheres. Estas quatro áreas almejavam incorporar as políticas e ações, por meio da perspectiva de gênero, para efetivar melhorias tanto qualitativas quanto quantitativas na vida das mulheres no Brasil (BRASIL, 2004).

No âmbito da implementação do PNPM, destacam-se três linhas prioritárias de ação destinadas a apoiar o planejamento, a execução e a avaliação de políticas públicas para as mulheres, visando garantir a eficácia e a implementação efetiva do Plano: (a) capacitar e habilitar os funcionários públicos em relação a questões de gênero, raça e direitos humanos; (b) produzir, organizar e difundir dados e pesquisas relacionados às temáticas de gênero e raça; (c) estabelecer e fortalecer os mecanismos institucionais relativos aos direitos e às políticas para as mulheres (PINTO, 2006).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres estava fundamentado nas discussões feministas de décadas anteriores e na trajetória internacional de lutas e demandas articuladas pelos movimentos de mulheres. Essas demandas ganharam reconhecimento na primeira Conferência Mundial da Mulher, realizada no México em 1975, na qual foram formuladas propostas e recomendações para todos os países com o intuito de combater as desigualdades entre os gêneros. Embora a maioria dos governos presentes tenham se comprometido a seguir essas recomendações, o empenho real na implementação foi limitado, e as melhorias na situação das mulheres foram apenas marginais (BANDEIRA, 2005).

Segundo Golçalves et al, (2018) falar sobre a igualdade de gênero envolve transcender a restrição do não reconhecimento da alteridade e da diferença, caminhando em direção à equidade, emancipação e inclusão. Nesse contexto, as mulheres surgem como uma alteridade que abrange aspectos femininos socioculturais e políticos, tornando-se presentes em diversos âmbitos da vida cotidiana. Isso implica uma redefinição baseada em cultura, história, relações de trabalho e participação política, abrindo um novo campo de possibilidades para romper com as condições desiguais. O Plano Nacional de Política para Mulheres reflete essa perspectiva de construir relações democráticas com os movimentos feministas e de mulheres, reconhecendo sua importância.

No aniversário de uma década do I PNPM, a Secretaria de Política para Mulheres apresentou os princípios orientadores do PNPM 2013-2015, enfatizando que o Plano permanece como um marco na consolidação e amadurecimento das políticas para as mulheres. Isso porque reforça o princípio de que, em um Estado plenamente democrático, a participação social, sobretudo das mulheres, é essencial em todas as fases do ciclo das políticas públicas (BRASIL, 2013b)

> [...] a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais que ampliem a participação popular e o controle social. Alguns exemplos desses mecanismos são: as conferências, os conselhos de direitos das mulheres, os processos de orçamento participativo que garantam a participação das mulheres, contemplando a representação de mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras (BRAS

3.2 Governo de Dilma Rousseff (01.01.2011 a 31.08.2016)

No dia 1º de janeiro de 2011, testemunhamos a posse da primeira mulher na Presidência da República Federativa do Brasil, com Dilma Rousseff, a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), assumindo o cargo. Este acontecimento se destacou

não apenas por seu significado político, mas também porque ressaltou a desigualdade persistente entre homens e mulheres, especialmente em um espaço público historicamente dominado por homens.

Com o início do mandato de Dilma Rousseff como a primeira mulher a liderar a Presidência do Brasil, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) tinha grandes expectativas de fortalecer o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A presidente, durante seu discurso de posse, expressou seu compromisso em fortalecer a presença das mulheres em seu governo e priorizar a implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

> "Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber neste momento uma centelha da sua imensa energia e sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa dessa ousadia do voto popular que após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do País. Venho para abrir portas, para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia, mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo, reitero, é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos. Venho, antes de tudo, para dar continuidade ao maior processo de afirmação que este País já viveu nos tempos recentes. Venho para consolidar a obra transformadora do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva! (ROUSSEFF, 2011)

No entanto, logo no início do governo, essa pasta sofreu uma das primeiras ondas de cortes orçamentários, resultando em um bloqueio de 16% dos recursos alocados para programas e ações destinados aos direitos das mulheres (KLEBER, 2011). Não obstante a redução orçamentária, a presidenta continuou enfatizando o foco em políticas para combater a desigualdade de gênero, com discursos emblemáticos proferidos nas comemorações do Dia Internacional da Mulher. Nessas ocasiões, ela reiterou seu compromisso em aplicar políticas públicas para erradicar a pobreza, com um foco especial nas mulheres e nas crianças. Declarou que “[...] no Brasil, a pobreza tem cara: ela é muito feminina, está ligada às mulheres. Quanto mais pobre a família, maior a chance de que ela seja chefiada por uma mulher. Estou convencida de que uma política bem-sucedida de eliminação da miséria deve ser focada na mulher e na criança.” Ela também salientou que programas como o Minha Casa Minha Vida, o Pronaf Mulher e o Bolsa Família eram eficazes por darem destaque às mulheres. (MICHEL, 2011)

Na atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) para o período 2013-2015, houve uma ênfase na promoção do fortalecimento e da institucionalização da Política Nacional para as Mulheres, que foi estabelecida a partir

de 2004 e validada pelas Conferências de Mulheres em 2007 e 2011. O novo plano nacional reiterou os princípios fundamentais que norteavam a Política Nacional para as Mulheres, tais como a busca pela autonomia das mulheres em todas as esferas da vida, a busca da igualdade genuína entre homens e mulheres em todas as áreas, o compromisso com a diversidade e a erradicação de todas as formas de discriminação. Outros princípios incluíam a laicidade do Estado, a universalidade dos serviços e benefícios governamentais, o engajamento ativo das mulheres em todas as etapas das políticas públicas e a transversalidade como princípio orientador de todas as ações governamentais (BRASIL, 2013b).

Segundo Tenorio (2017), em consonância com o discurso da presidente, no período após o término de seu primeiro mandato e durante a campanha para a reeleição em 2014, o governo demonstrou seu comprometimento contínuo com políticas sociais voltadas para as mulheres, buscando que elas fossem uma parte fundamental de sua base eleitoral.

Em outubro de 2015, durante a administração de Dilma Rousseff, ocorreu uma reforma ministerial que resultou na extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e na criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Essa mudança representou uma reorganização das políticas voltadas para as mulheres (PEREIRA, 2022).

Entretanto, os anos subsequentes foram caracterizados pelo processo de impeachment de Dilma Rousseff e a posse do presidente Michel Temer (MDB). Esse período marcou um possível desmantelamento ainda maior das políticas direcionadas para as mulheres, incluindo a extinção temporária do então Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos (MMIRJDH) (PEREIRA, 2022).

No dia 12 de maio de 2016, um domingo, um evento de grande relevância ocorreu na política brasileira. Enquanto a IV Conferência Nacional de Políticas para Mulheres estava em andamento em Brasília, reunindo mais de 3000 participantes de todo o país para avaliar o II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, o Brasil testemunhou simultaneamente outro acontecimento significativo no Congresso Nacional - o afastamento da Presidenta Dilma Rousseff. Esse afastamento foi amplamente considerado por muitos como um golpe, uma vez que não havia evidências de crimes cometidos por ela (TELES, 2017).

As participantes da conferência manifestaram seu descontentamento ao marcharem em direção ao Congresso Nacional em um ato de protesto e apoio a Dilma Rousseff. Contudo, depararam-se com a oposição da Polícia Legislativa, que agiu seguindo as ordens de Eduardo Cunha, o então Presidente da Câmara e um dos principais líderes do processo de impeachment (SANTANA, 2018).

3.3 Governo de Michel Elias Temer Lulia (31.08.2016- 01.01.2019)

Em 12 de maio de 2016, Michel Temer assumiu a presidência interina do Brasil em meio a uma das maiores crises políticas do país, que culminou no impeachment de Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita à presidência. Antes mesmo de emitir qualquer comunicado oficial, um fato chamou a atenção: os 24 novos ministros nomeados eram todos homens e brancos. Em uma única ação, Michel Temer extinguiu o Ministério da Cultura e as Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres. Esse movimento resultou na composição do primeiro ministério sem a presença de mulheres desde 1979, marcando um contraste com o processo em andamento que, embora gradual e por vezes imperceptível, buscava implementar políticas de combate à desigualdade de gênero em estreita colaboração com os movimentos sociais, especialmente o movimento feminista e de mulheres. Esses esforços culminaram na criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) em 2003.

Essas mudanças sinalizam uma extensa reorganização ministerial, na qual as políticas para as mulheres, de promoção de igualdade racial e de direitos humanos foram incorporadas ao Ministério da Justiça. De acordo com Araújo et al (2017, p. 10), as mulheres foram "[...] censuradas em um verdadeiro massacre político", sendo removidas tanto do alto escalão quanto das políticas setoriais, reaparecendo predominantemente nas notícias policiais. Esse realinhamento representou uma transformação substancial nas políticas direcionadas às mulheres (ARAGUSUKU et al., 2019).

Segundo Oliveira (2017), ao longo de seu mandato, as políticas voltadas para as mulheres foram duramente afetadas por significativos cortes orçamentários. Em comparação com o governo anterior, houve uma redução de 61% nos recursos destinados ao atendimento a mulheres em situação de violência; a assistência viu seus recursos encolherem de R$42,9 milhões para R$16,7 milhões; e as verbas para políticas de promoção da autonomia das mulheres diminuíram em 54% no orçamento.

Essa drástica redução nos recursos sobrecarregou ainda mais as mulheres. A postura machista do governo de Temer também se evidenciou em seu discurso em homenagem às mulheres em 8 de março de 2017, quando reduziu o papel das mulheres na sociedade a cuidar da casa, criar os filhos e fazer compras.

> Se a sociedade vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher [...].
>
> Ninguém mais é capaz de indicar os desajustes, por exemplo, de preços em supermercados do que a mulher. Ninguém é capaz de melhor detectar as eventuais flutuações econômicas do que a mulher, pelo orçamento doméstico maior ou menor. (TEMER, 201

3.4 Governo de Jair Messias Bolsonaro (01.01.2019 - 01.01.2023)

Após sua eleição, Jair Bolsonaro nomeou Damares Alves, uma pastora ultraconservadora, como ministra do recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Damares Alves, que tinha uma participação proeminente na Frente Parlamentar Evangélica (FPE) do Congresso Nacional, representou uma visão altamente conservadora em relação aos direitos das mulheres e à comunidade LGBTQIA+. O MMFDH adotou uma perspectiva de "políticas públicas familiares" que refletiu uma agenda anti-igualdade de gênero e conservadora no governo federal (PEREIRA, 2022; BULGARELLI, 2020).

Durante a administração de Jair Bolsonaro, a desvalorização das políticas voltadas para as mulheres continuou acentuadamente. Órgãos dedicados a essas políticas foram fechados, planos de políticas públicas interdisciplinares foram abandonados e instituições participativas foram descontinudas (ARAGUSUKU et al., 2019; BULGARELLI, 2020; PEREIRA, 2022). Nesse período, o MMFDH adotou uma perspectiva neoconservadora, opondo-se aos movimentos feministas e à comunidade LGBTQIA+ (BIROLI, 2020; MACHADO, 2020).

No âmbito do legislativo federal, a tendência conservadora em relação aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero já estava em ascensão desde os anos 2000, com a criação de frentes parlamentares e um aumento da participação política de atores religiosos. O Congresso Nacional se tornou um palco central para a luta em torno das políticas para as mulheres, marcado por um aumento significativo do conservadorismo, principalmente no que diz respeito aos direitos reprodutivos e à sexualidade. O número de projetos de lei restritivos e punitivos cresceu,

particularmente no que se refere ao direito ao aborto (MIGUEL et al. 2017; MARSICANO et al. 2021; ALDANA et al., 2014; MACHADO et al., 2017).

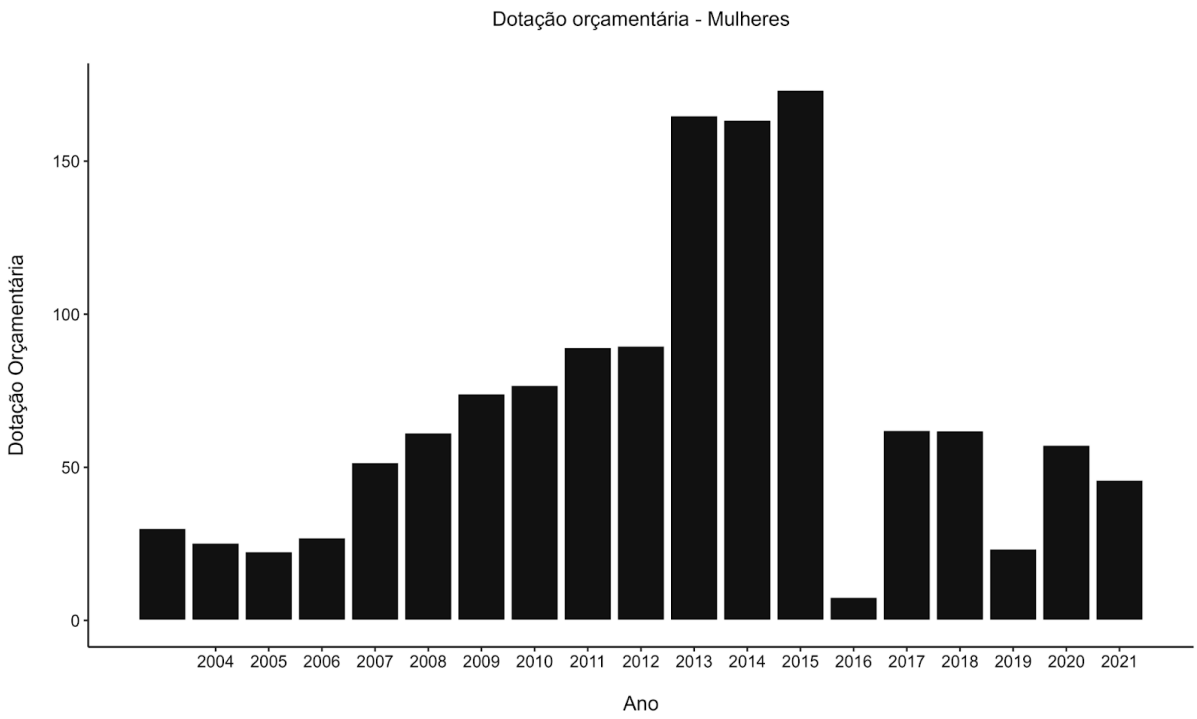
O cenário das políticas para as mulheres no Brasil passou por uma transformação significativa ao longo dos diferentes governos, refletindo as mudanças políticas e ideológicas. Enquanto o governo de Luiz Inácio Lula da Silva marcou um avanço na criação da SPM e uma abordagem mais inclusiva e interseccional, os governos subsequentes presenciaram um enfraquecimento progressivo dessas políticas, culminando em um período de desmantelamento durante a administração de Jair Bolsonaro. Essa trajetória complexa e multifacetada ressalta a importância de uma análise aprofundada das políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil ao longo desses diferentes períodos políticos.

4 ANÁLISE DE ORÇAMENTO (2003-2021)

A análise orçamentária das políticas públicas para mulheres no Brasil foi baseada em dados produzidos no âmbito da pesquisa pesquisa “Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos” financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo (FAPES – Edital Nº 03/2021 – Universal) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021 – Universal). O objetivo dessa análise é verificar como os recursos destinados às políticas para mulheres no governo federal foram alocados e executados ao longo dos diferentes governos, de 2003 a 2021.

Ao longo dos anos de 2003 a 2014, o Gráfico Dotação Orçamentária das Políticas para Mulheres no Governo Federal mostrou um crescimento expressivo no investimento destinado às políticas de gênero. Os valores passaram de aproximadamente R$30 milhões em 2003 para mais de R$150 milhões em 2015. Este aumento pode ser atribuído ao contexto político que favoreceu as políticas de gênero durante os governos de Lula e Dilma, nos quais houve ênfase na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres.

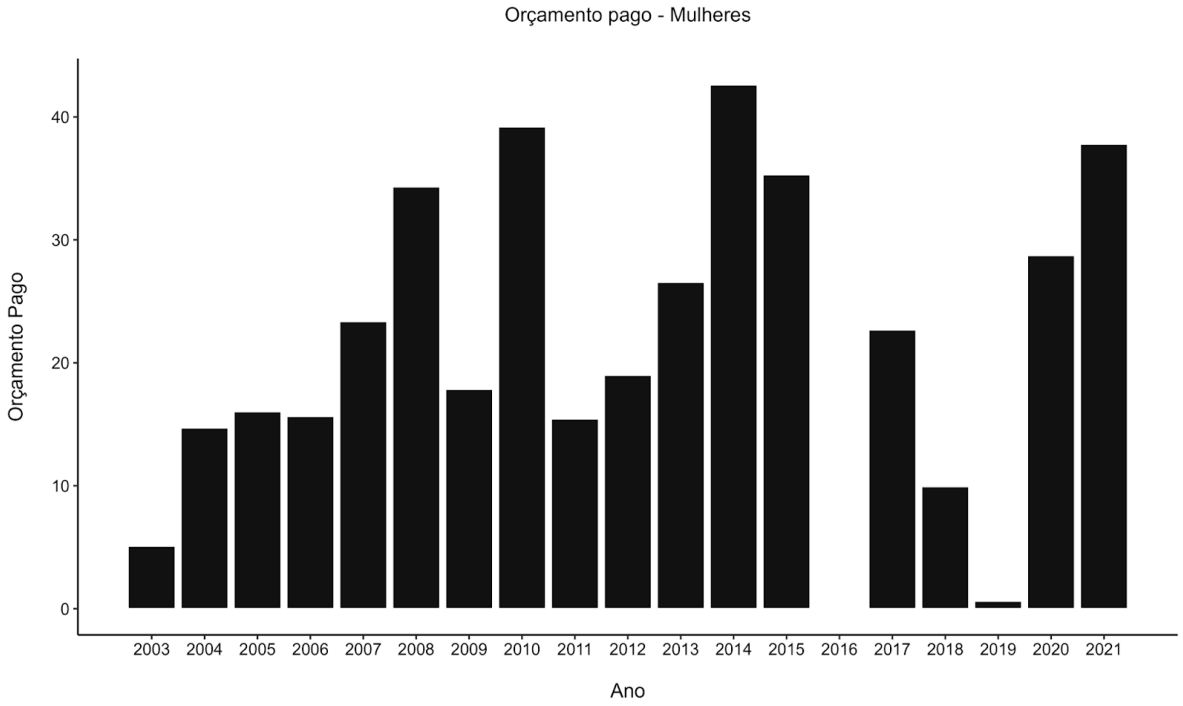
Gráfico 1 - Dotação Orçamentária das Políticas para Mulheres no Governo Federal (2003-2021)



Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

Entretanto, o Gráfico de Execução Orçamentária das Políticas para Mulheres no Governo Federal (2005-2021) revela que a execução orçamentária não acompanhou esse aumento, com flutuações ao longo dos anos e ficando inferior à alocação em alguns períodos. Diversos fatores podem explicar isso, incluindo a falta de capacidade técnica e administrativa dos órgãos responsáveis pela execução das políticas, a burocracia excessiva e a falta de priorização política.

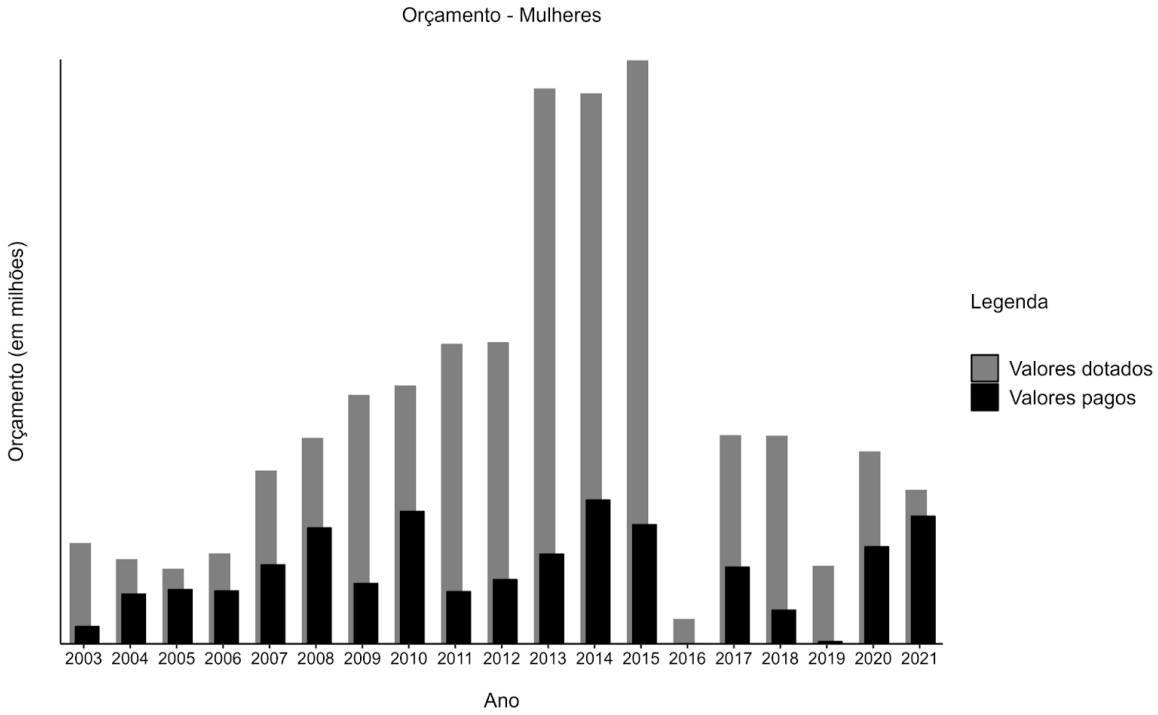
Gráfico 2 - Execução Orçamentária das Políticas para Mulheres no Governo Federal (2005-2021)



Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

Ao analisar o Gráfico de Comparação entre a dotação e execução orçamentária das Políticas para Mulheres no Governo Federal (2003-2021), observa-se que a execução ficou abaixo da dotação em todos os anos. Nos anos de 2005 e 2016, houve uma diferença significativa entre a alocação e a utilização dos recursos. Isso sugere que as políticas para mulheres podem não ter sido implementadas de forma eficaz, o que pode ter prejudicado a proteção dos direitos das mulheres no país.

Gráfico 3 - Comparação entre a dotação e execução orçamentária das Políticas para Mulheres no Governo Federal (2003-2021)



Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

Além do exposto, vale ressaltar que, sob o governo Bolsonaro, houve uma alteração substancial na abordagem política em relação às mulheres, caracterizada pela diminuição do financiamento e pela desestruturação de vários programas e iniciativas destinados a promover a igualdade de gênero. A mudança de postura do governo federal pode ter tido um impacto negativo na eficácia das políticas para mulheres e na proteção dos direitos femininos no país.

Em resumo, o orçamento das Políticas para Mulheres no Governo Federal aumentou ao longo dos anos, mas a execução orçamentária ficou abaixo da dotação na maioria dos anos analisados, de acordo com os gráficos e o contexto político apresentados no texto. Isso aponta para a ineficácia na aplicação das políticas para mulheres, o que pode ter prejudicado a proteção dos direitos das mulheres no país. Além disso, a situação também pode ter sido piorada devido à mudança de postura do governo federal sob o governo Bolsonaro, que resultou na redução do orçamento e no desmantelamento de programas e ações destinados a promover a igualdade de gênero.

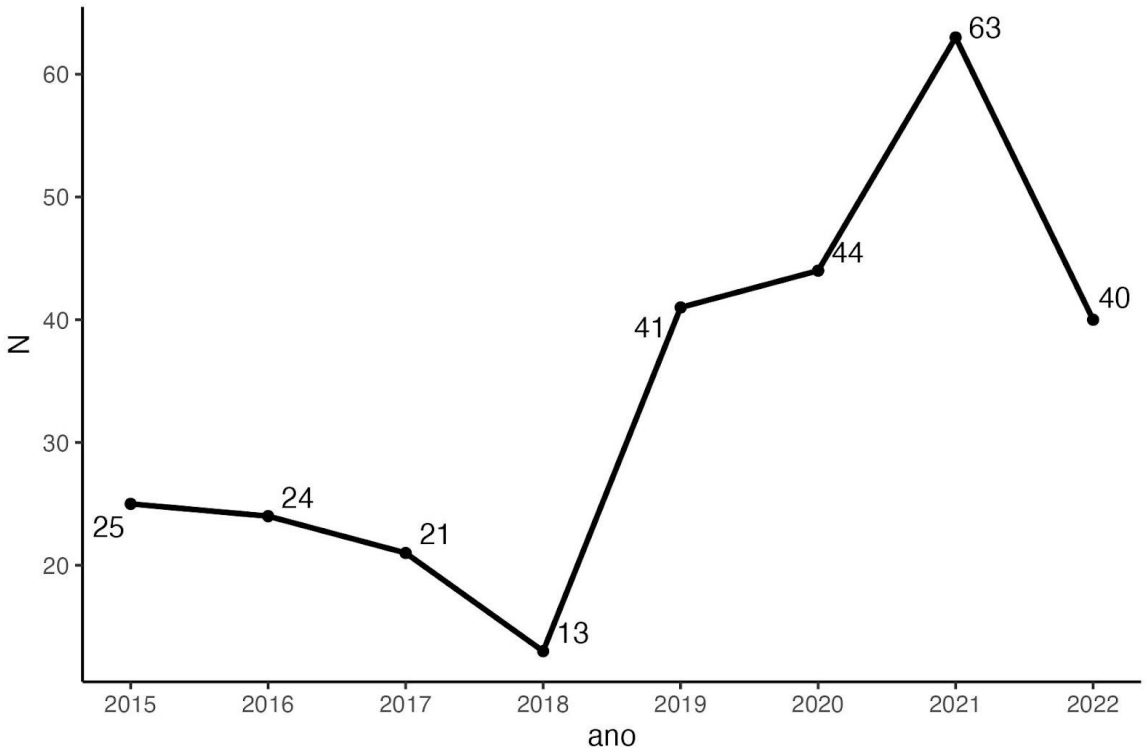
5 ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE 2015 A 2022

A análise da produção legislativa sobre políticas para mulheres no Brasil foi realizada através da busca automatizada de palavras-chave no portal da Câmara dos Deputados. Foram selecionados 345 projetos, dos quais 271 foram consolidados em um banco de dados. Esse banco contém informações como ano, data de apresentação, tipo de proposição, ementa, palavras-chave, status de tramitação, autoria e partido. Adicionalmente, foram incluídas informações sobre gênero do proponente, classificação ideológica do partido, classificação temática da proposição e valência da proposição.

O objetivo dessa análise é identificar as tendências, os padrões, os conflitos e os desafios da produção legislativa sobre as políticas para mulheres no Brasil, bem como as suas implicações para a garantia e a ampliação dos direitos das mulheres no país.

De acordo com o Gráfico de Proposições Legislativas por Ano (2015 - 2022), houve um notável aumento na elaboração de leis relacionadas às políticas para mulheres a partir de 2018, atingindo o ápice em 2019, com mais de 41 proposições apresentadas. Esse aumento pode ser atribuído ao aumento da mobilização das mulheres e à maior visibilidade das questões de gênero na sociedade brasileira durante esse período político.

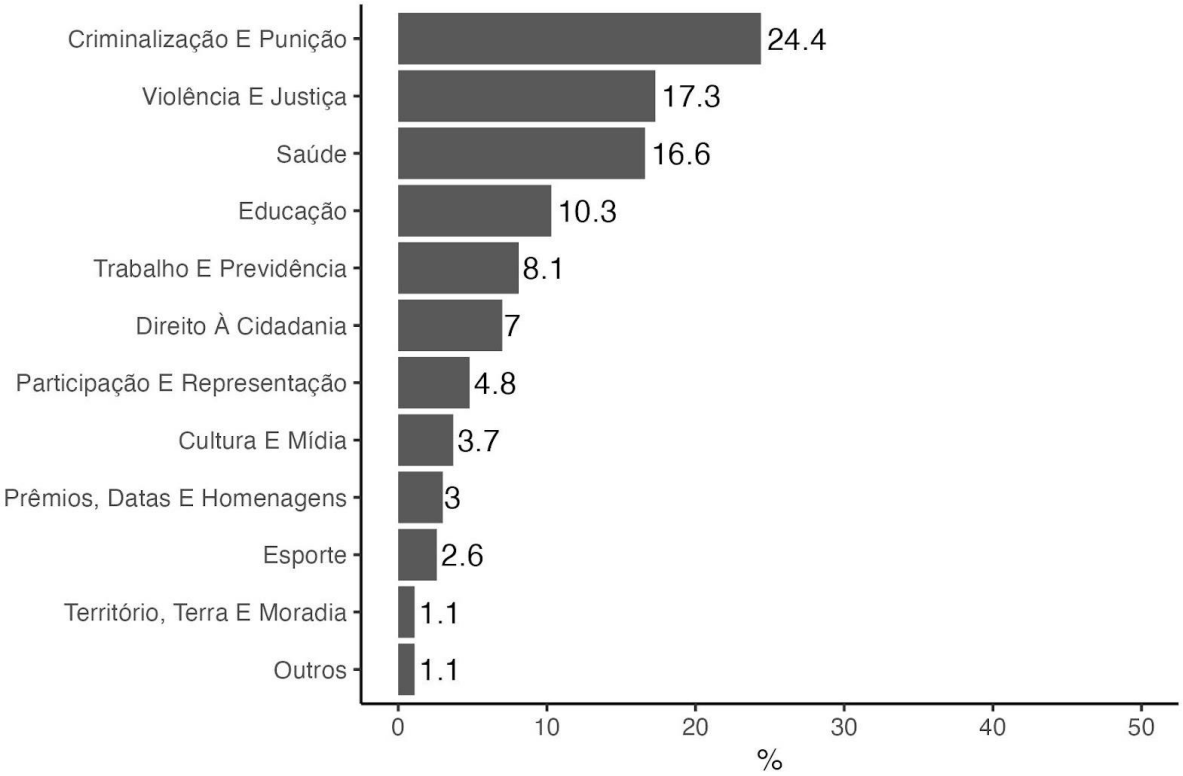
Gráfico 4 - Proposições legislativas por ano (2015 - 2022)



Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

O gráfico de Proposições legislativas por temáticas mostra a distribuição das propostas por diferentes temas relacionados à política das mulheres, como violência, saúde, trabalho, educação, participação política, entre outros. O tema que teve mais propostas foi o de criminalização e punição, com 24.4%, seguido pelo tema de violência e justiça, com 17.3%. Isso indica que esses são os temas mais relevantes e urgentes para as mulheres no Brasil, e que há uma demanda por políticas que visem prevenir e combater a violência de gênero e garantir justiça.

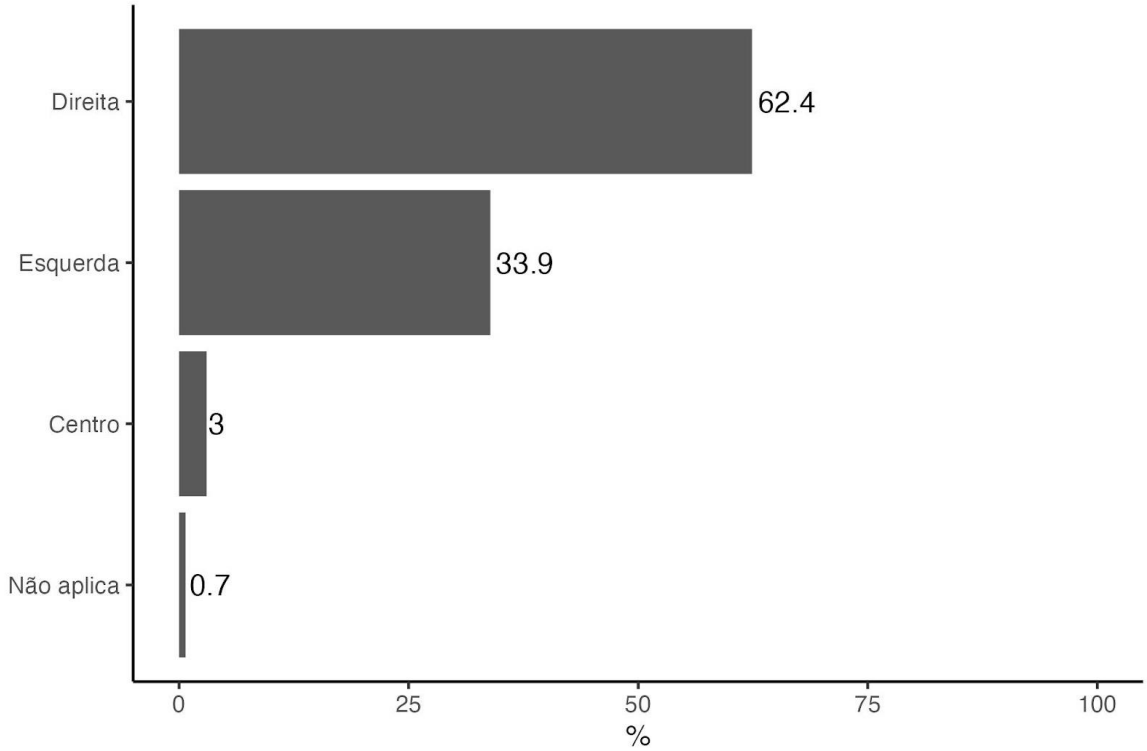
Gráfico 5 - Proposições legislativas por temáticas



Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

Sobre as proposições legislativas em relação à ideologia partidária, esse gráfico mostra a distribuição das propostas por diferentes ideologias partidárias, esquerda, centro, direita e Não se aplica. A ideologia que teve mais propostas foi a de direita, com 62.4%, seguida pela de esquerda, com 33.9%.

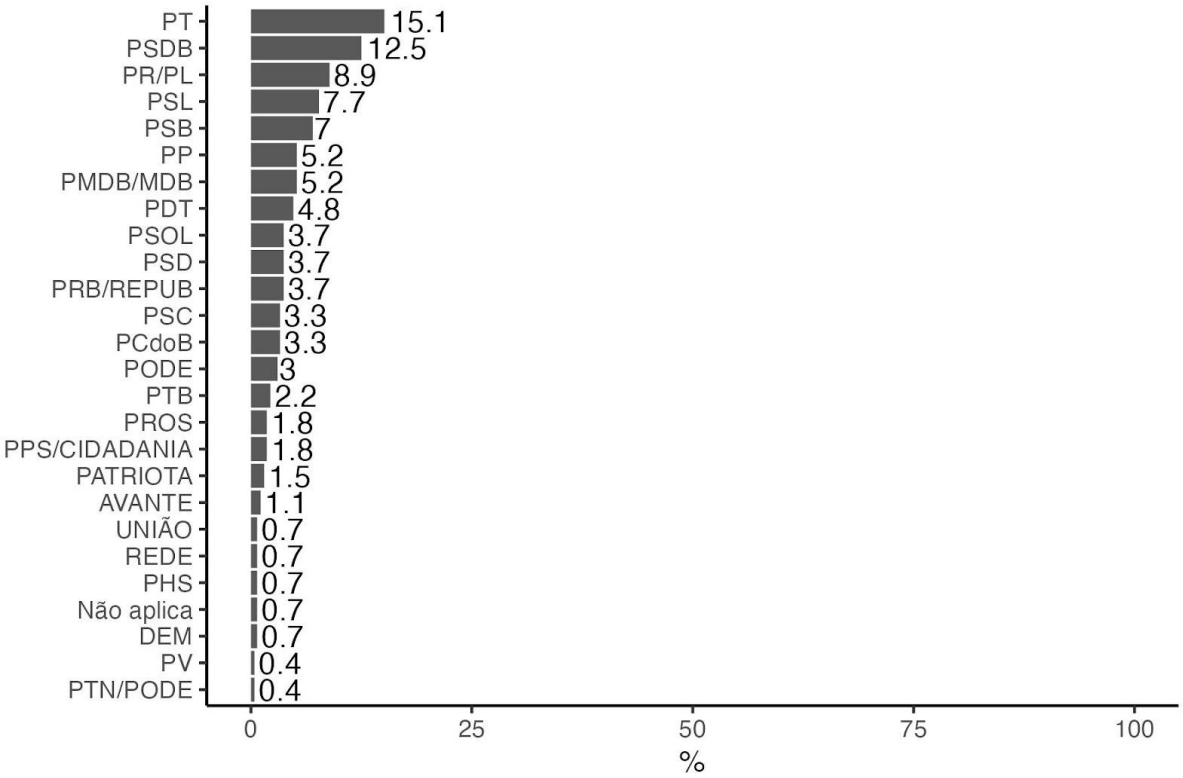
Gráfico 6 - Proposições legislativas em relação a ideologia partidária



Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

O Gráfico Proposições legislativas por partido mostra que o PT foi o partido que mais apresentou propostas relacionadas à política feminina, seguido pelo PSDB e PR/PL.

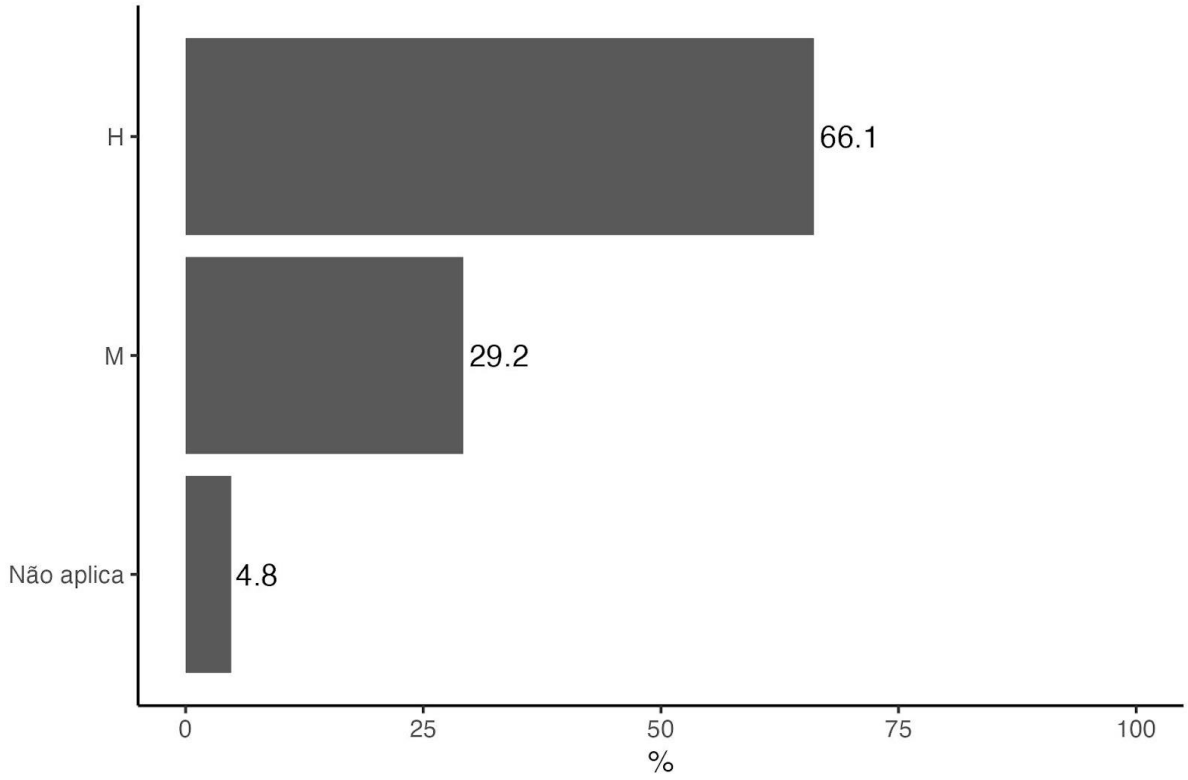
Gráfico 7 - Proposições legislativas por partido



Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

O Gráfico Proposições legislativas em relação ao gênero das e dos proponentes mostra que a maioria das propostas foi feita por mulheres, indicando que as mulheres desempenham um papel importante na agenda legislativa relacionada com a política das mulheres, representando mais de 70% das propostas apresentadas.

Gráfico 8 - Proposições legislativas em relação ao gênero das e dos proponentes

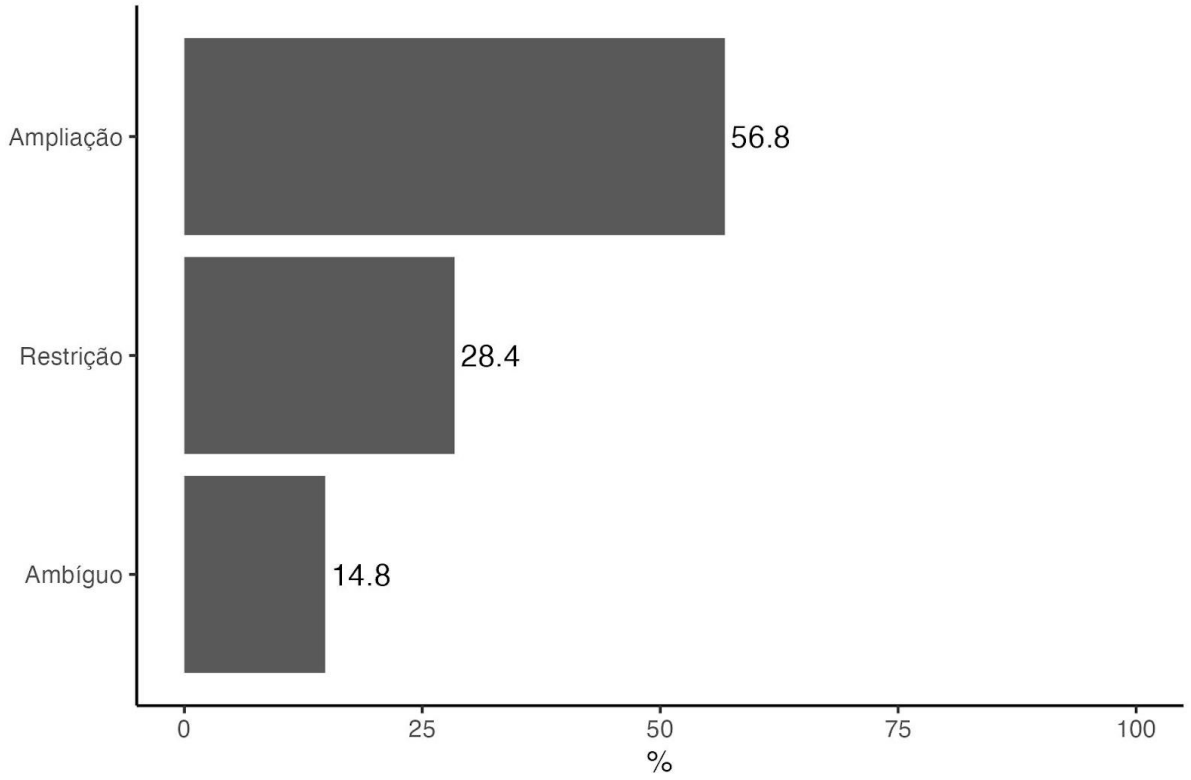


Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

O Gráfico Proposições legislativas em relação ao potencial de ampliação de direitos mostra que a maioria das propostas apresentadas tinha potencial de melhoria de direitos médio ou alto. Isto mostra que o principal objetivo da produção legislativa relacionada com a política das mulheres é a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres.

No entanto, propostas que poderiam restringir direitos também foram apresentadas por partidos políticos conservadores e legisladores ideológicos que se opõem ao movimento feminista e à comunidade LGBTQIA+, particularmente no que diz respeito ao aborto e aos direitos à sexualidade.

Gráfico 9 - Proposições legislativas em relação ao potencial de ampliação de direitos

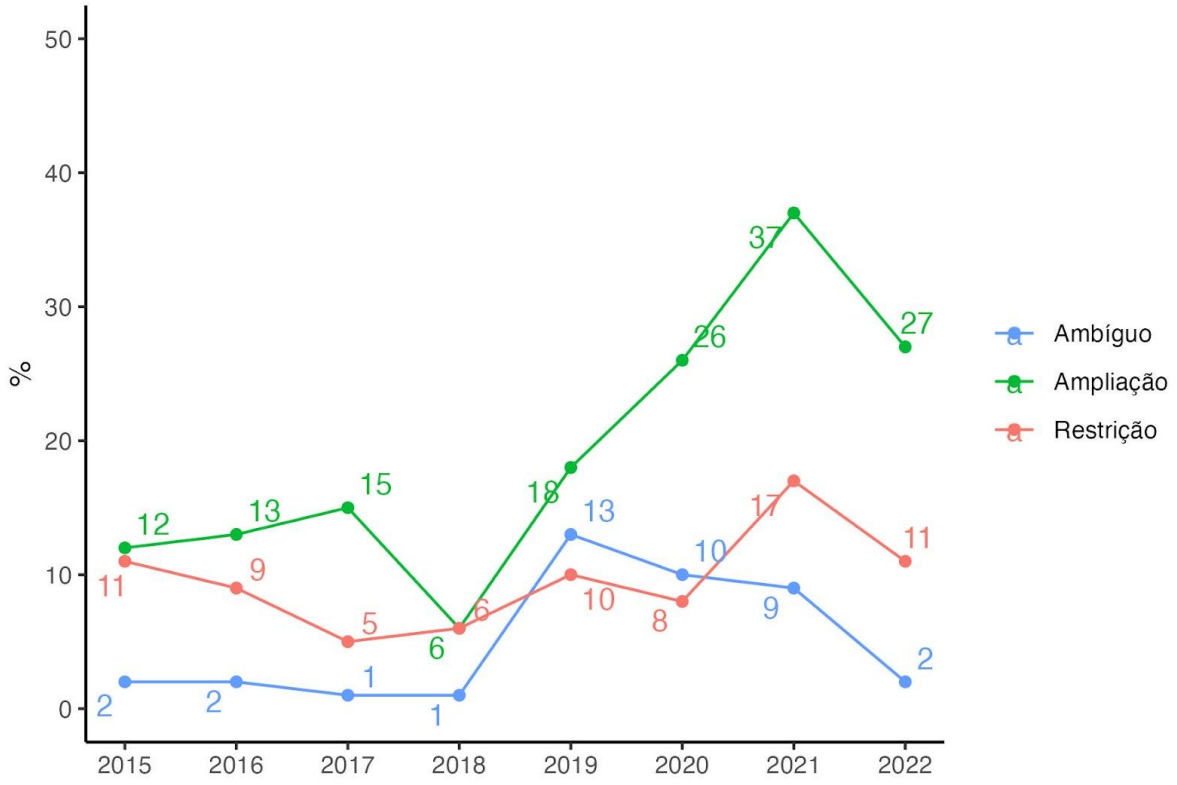


Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

Os gráficos a seguir apresentam dados divididos em três categorias: ambíguo, ampliação e restrição. A valência ambígua refere-se a propostas que não têm um objetivo claro de ampliar ou restringir os direitos das mulheres. A valência de ampliação refere-se a propostas que têm como principal objetivo promover a igualdade de gênero e proteger os direitos das mulheres. A valência das restrições refere-se a propostas cujo principal objetivo é limitar ou eliminar os direitos das mulheres.

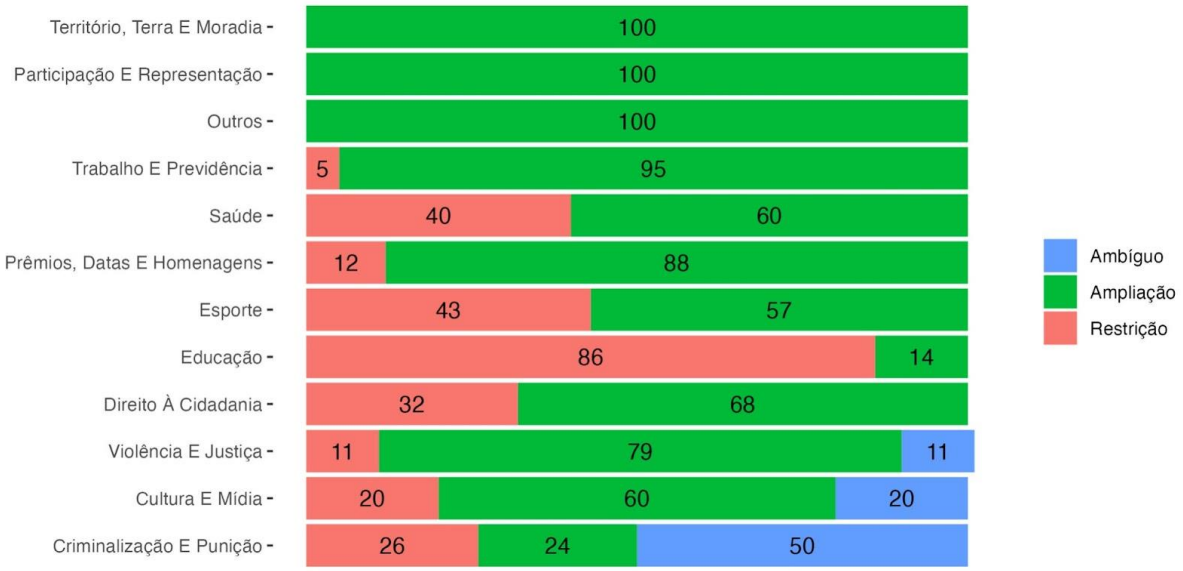
Os gráficos mostram que, na maioria dos anos, prevaleceram tendências a valência de ampliação em todas as questões, anos, temas, partidos, ideologias e gêneros, mas, particularmente em 2018 e 2019, prevaleceram valência de restrição no que diz respeito às questões de aborto e sexualidade em partidos políticos, ideologias conservadoras e apoiadores masculinos. Isso mostra que há um debate político em torno da política para as mulheres no Brasil e que uma variedade de atores e posições estão envolvidos.

Gráfico 10 - Valência Da Produção Legislativa Por Ano (2015-2022)



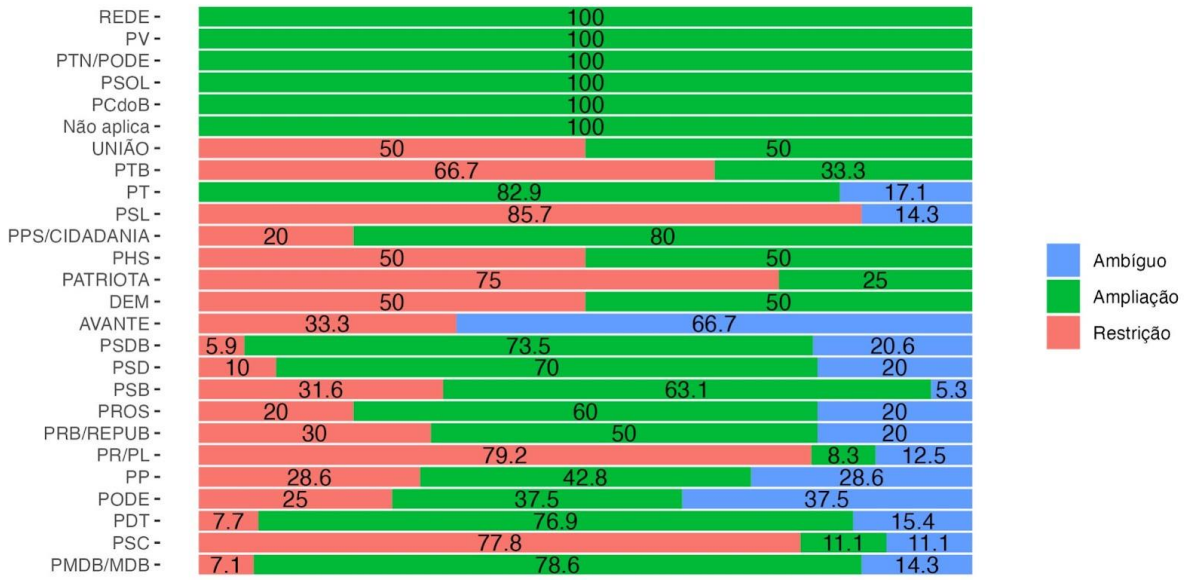
Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

Gráfico 11 - Valência por tema



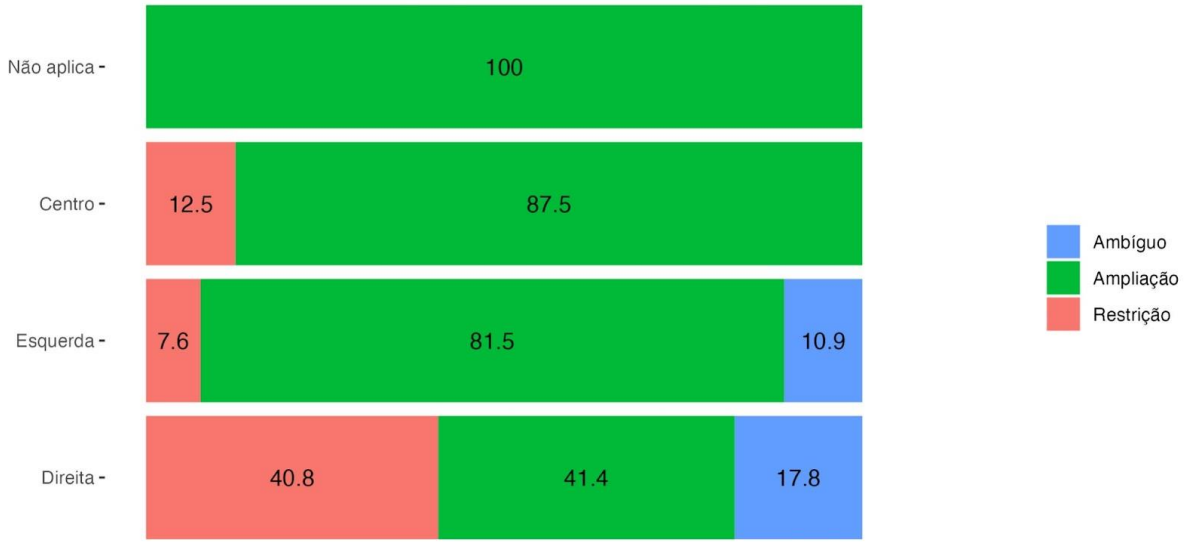
Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

Gráfico 12 - Valência por partido



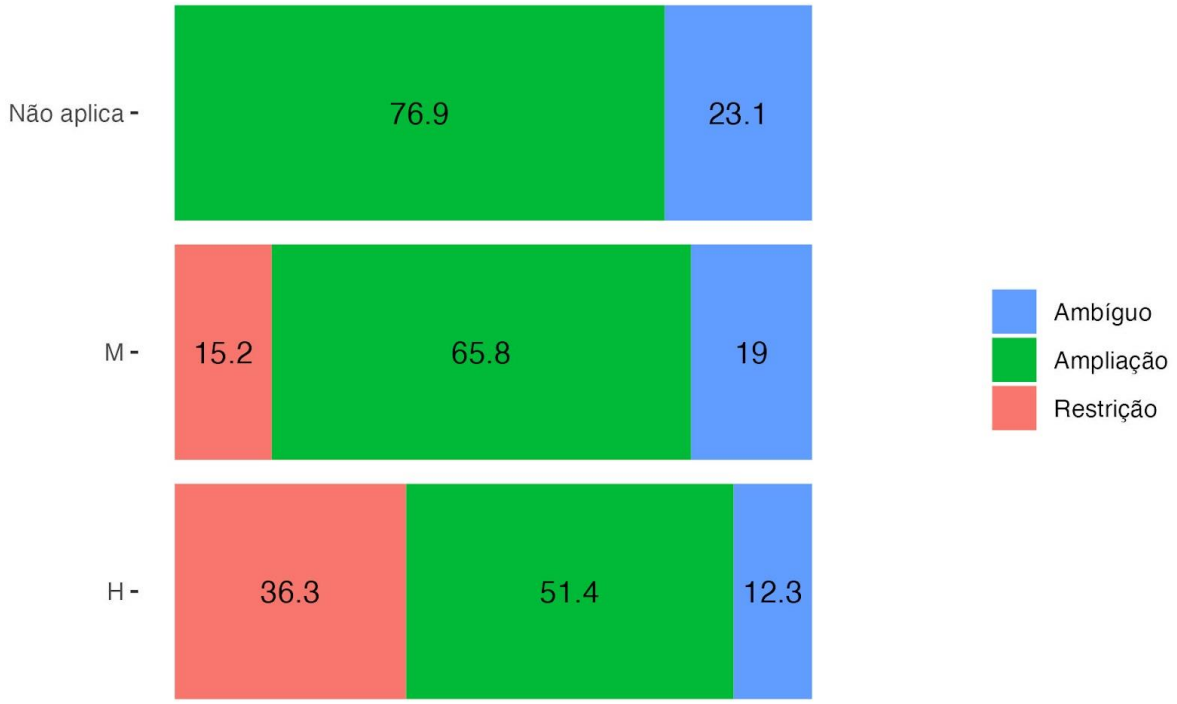
Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

Gráfico 13 - Valência por ideologia



Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

Gráfico 14 - Valência por gênero



Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

O gráfico de último status mostra o andamento das proposições legislativas relacionadas à política das mulheres no Congresso Nacional. O gráfico apresenta dez categorias de status, que indicam as diferentes etapas e situações das propostas. A categoria que tem a maior representatividade é a de tramitando em conjunto, com 58% das propostas. Isso significa que essas propostas estão sendo analisadas e votadas em conjunto com outras propostas que tratam do mesmo assunto ou têm o mesmo objetivo. Isso pode ser uma forma de agilizar o processo legislativo, mas também pode gerar conflitos ou divergências entre as propostas.

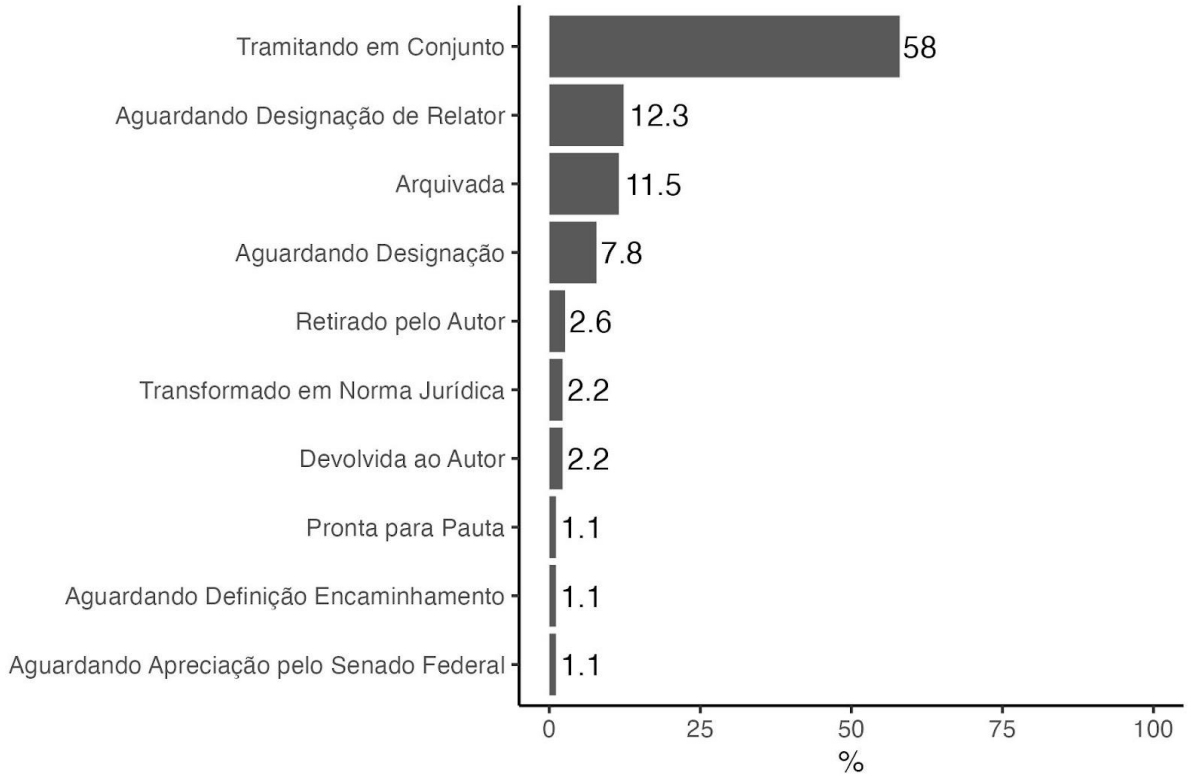
A segunda categoria mais representativa é a de aguardando designação do relator, com 12,3% das propostas. Isso significa que essas propostas estão esperando que um parlamentar seja designado para elaborar um relatório sobre elas, que será apresentado e votado nas comissões temáticas. Essa é uma etapa importante para a tramitação das propostas, pois o relator pode sugerir alterações, emendas, aprovação ou rejeição das propostas.

A terceira categoria mais representativa é a de arquivada, com 11,5% das propostas. Isso significa que essas propostas foram retiradas de tramitação por algum motivo, como fim de legislatura, perda de objeto ou solicitação do autor. Essas propostas não podem mais ser votadas, a menos que sejam desarquivadas por algum parlamentar.

As demais categorias têm uma menor representatividade, variando entre 7,8% e 1,1% das propostas. Elas indicam outras situações das propostas, como aguardando designação de comissão, retirada pelo autor, transformada em norma jurídica, devolvida ao autor, pronta para pauta, aguardando definição de encaminhamento e aguardando apreciação pelo Senado Federal.

O gráfico mostra que a maioria das proposições legislativas relacionadas à política das mulheres está em processo de tramitação, o que indica que ainda há muitas propostas em discussão no Congresso Nacional. No entanto, também mostra que há uma dificuldade para transformar as propostas em leis, pois poucas propostas foram aprovadas ou rejeitadas definitivamente. Isso pode ser explicado por vários fatores, como a complexidade do processo legislativo, a falta de consenso entre os parlamentares, a resistência de grupos conservadores e a baixa prioridade dada às políticas para mulheres.

Gráfico 15 - Último status



Fonte: Pesquisa "Movimentos sociais e políticas públicas no contexto de conservadorismo: consequências nas políticas e no ativismo de Direitos Humanos"

Assim, após a análise dos gráficos, é importante ressaltar o viés conservador no legislativo federal brasileiro em relação aos direitos das mulheres. Esta tendência começou antes mesmo do desmantelamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no governo de Michel Temer. Desde a década de 2000, através da criação de frentes parlamentares como a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida Contra o Aborto, e através da expansão da participação política de grupos religiosos, o Congresso Nacional assumiu um papel central na discussão de políticas para mulheres. Este debate foi caracterizado por uma crescente ofensiva conservadora contra os direitos das mulheres, especialmente aqueles relacionados com a reprodução e a sexualidade. O número de projetos de lei cada vez mais punitivos e repressivos, especialmente os relacionados com o direito ao aborto, tem aumentado. (MIGUEL et al. 2017; MARSICANO et al. 2021; ALDANA et al., 2014; MACHADO et al., 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise realizada, conclui-se que a trajetória das políticas para mulheres no Brasil apresentou avanços e retrocessos ao longo dos governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. A análise do orçamento e da produção legislativa permitiu compreender a importância dada a essas iniciativas e como as leis estão sendo moldadas para proteger e promover os direitos das mulheres.

Observou-se que as políticas para mulheres foram afetadas por fatores como o orçamento, a produção legislativa, a mobilização social e a resistência conservadora. Nesse sentido, é fundamental destacar a importância da participação social, sobretudo das mulheres, em todas as fases do ciclo das políticas públicas, como enfatizado pelo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Por fim, ressalta-se a necessidade de uma análise crítica e aprofundada das políticas para mulheres no Brasil, visando a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. É fundamental que haja continuidade na avaliação e aprimoramento das políticas para mulheres, considerando os desafios e as oportunidades para a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres no país.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Raissa Barbosa; ADRIÃO, Karla Galvão. Políticas Públicas Para As Mulheres No Brasil De 1985 A 2016: Uma Análise Sobre Sujeitos. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis p. 1–12.

BANDEIRA, Lourdes Maria; DE ALMEIDA, Tânia Mara Campos. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do CEAM**, *[S. l.]*, v. 2, n. 1, p. 35–46, 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075. Acesso em: 13 dec. 2023.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e cconvergências na reprodução das desigualdades. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, *[S. l.]*, v. 20, n. 2, p. 27, 2015. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20n2p27. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27.

BOHN, Simone R. FEMINISMO ESTATAL SOB A PRESIDÊNCIA LULA: O CASO DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Revista Debates**, *[S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 81, 2010. DOI: 10.22456/1982-5269.17439. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22456/1982-5269.17439.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, Brasília, 2013.

BRASIL; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Secretaria de Políticas para as Mulheres**, Brasília, 2004.

BULGARELI, Lucas. Das Políticas de Gênero e Sexualidade às Políticas Antigênero e Antissexualidade no Brasil. *In*: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (eds.). **Direitos em Disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. p. 393–409.

CARTACAPITAL. **Michel Temer e sua “homenagem” no Dia Internacional da Mulher**. 2017. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/michel-temer-e-sua-homenagem-no-dia-internacional-da-mulher/. Acesso em: 13 dec. 2023.

DA FONSECA, Denire Holanda; GALVÃO, Cristiane; SOARES, Noêmia; LEAL, Barbosa. **Violência Doméstica Contra A Mulher: Realidades E Representações Sociais Domestic Violence Against Women: Realities And Social Representations**. [s.d.]. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/bJqkynFqC6F8NTVz7BHNt9s/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 dec. 2023.

DE ALMEIDA TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. [s.l.] : Alameda, 2017.

DE ASSIS MACHADO, Marta Rodriguez; MACIEL, Débora Aves. The battle over abortion rights in Brazil’s state arenas, 1995-2006. **Health and Human Rights**, *[S. l.]*, v. 19, n. 1, p. 119–131, 2017. Disponível em: https://www.hhrjournal.org/2017/06/the-battle-over-abortion-rights-in-brazils-state-arenas-1995-2006/. Acesso em: 13 dec. 2023.

DE FINA GONZALEZ, Débora. Lado a lado? Feminismos e Estado durante o ‘ciclo progressista’ latino-americano. **Estudos feministas**, *[S. l.]*, v. 28, n. 3, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n63040. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/63040. Acesso em: 12 dec. 2023.

GONÇALVES, Renata; ABREU, Suellen. Do Plano Nacional De Políticas Para As Mulheres Ao ¨Machistério¨1 De Temer. **Revista de Políticas Públicas**, *[S. l.]*, v. 22, n. 2, p. 753–771, 2018.

IBGE. **Conheça o Brasil - População: QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES**. 2022. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html. Acesso em: 23 oct. 2023.

INAMURA, Cecilia. **Políticas para LGBTI+ no governo federal: ascensão e queda**. 2022. Disponível em: https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/Pol%C3%ADticas-para-LGBTI-no-governo-federal-ascens%C3%A3o-e-queda. Acesso em: 13 dec. 2023.

KLEBER, L. K. Leandro. **Secretaria das mulheres sofre com baixa execução**. 2011. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/04/11/interna_politica,220954/secretaria-das-mulheres-sofre-com-baixa-execucao.shtml. Acesso em: 13 dec. 2023.

MACHADO, M. R. de A.; MACIEL, D. A. The Battle Over Abortion Rights in Brazil's State Arenas, 1995-2006. **Health and Human Rights Journal**, *[S. l.]*, v. 19, n. 1, p. 119–131, 2017.

MARSICANO, Ana Carolina de Oliveira; BURITY, Joanildo Albuquerque. Aborto e ativismo "pró-vida" na política brasileira. **Plural**, *[S. l.]*, v. 28, n. 1, p. 50–79, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcso.2021.176982. Disponível em: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2021.176982.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. **Opinião Pública**, *[S. l.]*, v. 23, n. 1, p. 230–260, 2017. DOI: 10.1590/1807-01912017231230. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912017231230.

Panorama do Censo 2022. [s.d.]. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 12 dec. 2023.

PEREIRA, Matheus Mazzilli; ARAGUSUKU, Henrique Araujo; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Direitos humanos em disputa: (des)institucionalização e conflitos entre movimento LGBTQIA+ e ativismo antigênero no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, *[S. l.]*, v. 38, n. 111, 2023. DOI: 10.1590/3811026/2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/3811026/2023.

PINTO, Giselle. Mulheres no Brasil:esboço analítico de um plano de políticas públicas para mulheres. *In*: ANAIS DO XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS 2006, Caxambú. **Anais** [...]. Caxambú: ABEP, 2006.

PIOVEZANA, Leonel. DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS E LAICIDADE DO ESTADO. **Numen**, *[S. l.]*, v. 17, n. 1, 2014. DOI: 10.34019/2236-6296.2014.v17.21945. Disponível em: http://dx.doi.org/10.34019/2236-6296.2014.v17.21945.

Política de eliminação da miséria deve ser focada na mulher, diz Dilma. **G1**, *[S. l.]*, 2011. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2011/03/politica-de-eliminacao-da-miseria-deve-ser-focada-na-mulher-diz-dilma.html. Acesso em: 13 dec. 2023.

ROUSSEFF, Dilma. **Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse**. [s.d.]. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse. Acesso em: 13 dec. 2023.

SANTANA, O. Sobre o golpe e as mulheres no poder. *In*: RUBIM, Linda Silva Oliveira; ARGOLO, Fernanda (eds.). **O golpe na perspectiva de gênero**. [s.l.] : Edufba, 2018. . Acesso em: 13 dec. 2023.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/PNPM.pdf.

TEMER, Michel. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher**. [s.l: s.n.]. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-comemoracao-pelo-dia-internacional-da-mulher-brasilia-df.

TENORIO, Emilly Marques. O “protagonismo” das mulheres nas políticas e programas sociais nos governos Dilma. **Argumentum**, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 61–74, 2017. DOI: 10.18315/argum..v9i1.13670. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18315/argum..v9i1.13670.